

CURSO: GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****O SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO****Questão 01**

Considerando que o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica, atuando nas expressões da questão social produzidas pelas desigualdades inerentes à sociedade capitalista, é correto afirmar que:

- O Serviço Social é uma prática humanitária, tendo a gênese da doutrina social como espelho para a formação do assistente social.
- O Serviço Social deve ser visto enquanto profissão, na ótica do trabalho que é categoria central da formação e do exercício profissional. – **OPÇÃO CORRETA**
- O assistente social resolve os problemas sociais e possibilita a superação da questão social, afastando-se da perspectiva tradicional da caridade.
- A profissão trabalha com problemas como pobreza, desemprego, violência e exclusão social, mantendo a postura de agente executor e instrumento das requisições institucionais.

Questão 02

Observe a imagem a seguir.



(18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Edição 2024. Fórum Nacional de Supervisão de Estágio em Serviço Social. Org. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPS.)

O estágio em Serviço Social é um componente obrigatório da formação profissional, em que o estudante vivencia a prática supervisionada nos espaços sócio-ocupacionais. É um assunto amplamente discutido em fóruns, encontros e eventos acadêmicos e profissionais. Nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESSs), o tema aparece, preferencialmente, em:

- Denúncias de irregularidades, conforme o Código de Ética profissional erguido pela Constituição Federal de 1988.
- Orientações para estudantes e supervisores; e denúncias de irregularidades, por meio das ações junto aos sindicatos.
- Fóruns de supervisores de estágio; fiscalização de campos de estágio; diretrizes curriculares; e atividades das instituições do Estado.
- Fóruns de supervisores de estágio; fiscalização de campos de estágio; orientações para estudantes e supervisores; e denúncias de irregularidades. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 03

O estágio em Serviço Social sofre as transformações do mundo do trabalho, que afetam diretamente as condições de formação e atuação profissional. Nesse contexto, caso um discente estagiário na área da saúde se depare com questões relacionadas a teleatendimentos, adoção de plataformas de videochamada e prontuários eletrônicos, observam-se reflexos do seguinte fenômeno:

- Comunicação.
- Tecnologia e mídia.
- Sociologia do trabalho.
- **Tecnologia da informação e comunicação – OPÇÃO CORRETA**

Questão 04

Uma assistente social que atua no setor de habitação de determinada prefeitura é convocada para integrar uma equipe responsável pela elaboração do cadastro de famílias atingidas por uma obra de reurbanização. A gestão municipal orienta que apenas famílias com documentação completa sejam cadastradas, excluindo aquelas em situação irregular de moradia ou sem documentação civil. Considerando os princípios ético-políticos do Serviço Social, trata-se da conduta correta da profissional:

- **Questionar tecnicamente o critério excludente; registrar formalmente sua discordância; solicitar a inclusão das famílias no levantamento; e, caso necessário, acionar os mecanismos de defesa de direitos. – OPÇÃO CORRETA**
- Cadastrar apenas as famílias documentadas; orientar as demais a providenciarem a documentação antes da próxima etapa e comunicar ao CRESS; e suspender o trabalho até que a gestão reveja os critérios.
- Realizar o cadastro das famílias com documentação regular e desenvolver ações de orientação e encaminhamento para regularização documental das demais, visando à sua exclusão em etapas futuras do processo.
- Acatar provisoriamente a orientação institucional; registrar em relatório técnico os possíveis impactos da exclusão de famílias sem documentação; aceitar a orientação nessa fase; e propor mudança dos critérios na próxima reunião de equipe.

REGULAMENTAÇÃO E FUNDAMENTOS ÉTICOS DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL**Questão 05**

Durante o acompanhamento de um processo que tramita em determinada Vara de Família, a assistente social do setor psicossocial do Tribunal de Justiça realiza entrevista com uma das partes e, no curso do atendimento, toma conhecimento de informações sensíveis sobre a dinâmica familiar que não foram narradas nos autos. Posteriormente, o juiz titular intima a profissional a prestar depoimento como testemunha no processo, solicitando que relate em audiência o conteúdo das informações obtidas durante o atendimento. A assistente social, naquele momento, busca orientação sobre como deve proceder. Tendo em vista o caso hipotético, considerando as normas que regulam as relações do assistente social com a justiça, é correto afirmar que a assistente social:

- Deve relatar em audiência as informações que julgar relevantes para a decisão judicial, omitindo os demais conteúdos do atendimento, procedimento que concilia o dever de colaboração com a justiça e a preservação parcial do sigilo profissional.
- Pode optar por não comparecer à audiência, sem qualquer consequência, pois o sigilo profissional garante ao assistente social o direito de recusar intimações judiciais quando o depoimento solicitado envolver informações obtidas no exercício profissional.
- Deve atender à intimação e relatar em audiência o conteúdo das informações obtidas no atendimento, pois a intimação judicial constitui determinação legal que suspende o sigilo profissional, prevalecendo o interesse da justiça sobre o dever de confidencialidade do assistente social.
- **Deve comparecer perante a autoridade competente e declarar que está obrigada a guardar sigilo profissional, nos termos do Código de Ética e da legislação em vigor, sendo vedado ao assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 06

Durante o acompanhamento de um processo de regularização de guarda, a assistente social do setor psicossocial do Tribunal de Justiça realiza visita domiciliar e coleta dados socioeconômicos da família. Ao término do atendimento, o responsável pela criança solicita à profissional que lhe informe o conteúdo do relatório que será elaborado e as conclusões a que ela chegou durante a visita. A assistente social, sem saber ao certo como proceder, questiona se deve ou não fornecer essas informações ao usuário. Tendo em vista os deveres do assistente social nas relações com os usuários e as competências profissionais previstas na legislação, assinale a afirmativa correta.

- A decisão sobre fornecer ou não informações ao usuário é discricionária e cabe ao juiz titular da Vara, a quem a assistente social deve consultar antes de qualquer manifestação sobre o conteúdo do trabalho realizado.
- A assistente social deve fornecer ao usuário o conteúdo do relatório antes de sua juntada aos autos, pois o princípio da transparência e o direito à informação do usuário prevalecem sobre qualquer restrição de sigilo no contexto do trabalho profissional.
- A assistente social deve fornecer ao usuário, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e suas conclusões, resguardado o sigilo profissional, pois esse é um dever previsto no Código de Ética nas relações com os usuários. – **OPÇÃO CORRETA**
- A assistente social não deve fornecer qualquer informação sobre o trabalho, bem como o relatório ao usuário, pois os documentos produzidos no âmbito do Poder Judiciário têm caráter sigiloso, sendo o acesso ao seu conteúdo realizado pelas partes por meio de consulta aos autos processuais.

Questão 07

O setor psicossocial de uma Vara da Infância e da Juventude é composto por assistente social e psicóloga, que atuam conjuntamente no acompanhamento de casos. Em determinada situação, durante reunião de equipe para discussão de um caso em andamento, a assistente social compartilha com a psicóloga informações obtidas exclusivamente em atendimento individual com a família. Posteriormente, a psicóloga é consultada pela diretora da Vara sobre o andamento do caso e repassa à magistrada parte das informações compartilhadas pela assistente social, sem que o estudo social tenha sido concluído ou juntado aos autos. Considerando as normas que regulam o sigilo profissional e as relações em trabalho multidisciplinar, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para falsas.

- () O compartilhamento de informações entre assistente social e psicóloga no âmbito do trabalho multidisciplinar é admitido pelo Código de Ética, desde que as informações prestadas se limitem estritamente ao que for necessário para o desenvolvimento do trabalho conjunto.
- () O repasse pela psicóloga à magistrada de informações obtidas em reunião de equipe — antes da conclusão e juntada do estudo social aos autos — contraria os princípios que orientam o sigilo em trabalho multidisciplinar e a integridade técnica do documento em elaboração.
- () O Código de Ética veda ao assistente social revelar sigilo profissional, não importando as circunstâncias, inclusive no trabalho multidisciplinar, sendo o compartilhamento de informações com outros profissionais da equipe uma infração ética, independentemente da finalidade e do contexto.
- () A assistente social, ao tomar conhecimento de que as informações por ela compartilhadas na reunião de equipe foram repassadas à magistrada antes da conclusão do estudo social, tem o dever ético de ser solidária com a colega psicóloga e abster-se de manifestação sobre o ocorrido, preservando a harmonia da equipe multiprofissional.

A sequência está correta em

- V, V, F, F. – **OPÇÃO CORRETA**
- F, V, V, F.
- V, F, V, F.
- F, F, F, V.

Questão 08

Determinado Tribunal de Justiça promove um processo seletivo interno para redistribuição de funções entre servidores de diferentes carreiras. No âmbito desse processo, a administração do Tribunal cogita a hipótese de atribuir a servidores do cargo de técnico judiciário, sem formação em Serviço Social, a realização de vistorias sociais, elaboração de informações e produção de pareceres sobre situações familiares que chegam às Varas de Família, sob o argumento de que a demanda supera a capacidade do setor psicossocial. A assistente social coordenadora do setor foi consultada sobre a viabilidade dessa medida. Considerando a legislação que regulamenta o exercício profissional do assistente social, assinale a afirmativa correta.

- A medida é viável desde que os técnicos judiciários recebam capacitação prévia oferecida pelo próprio setor psicossocial e atuem sob supervisão dos assistentes sociais, pois a supervisão qualificada supre a exigência de formação específica para a realização das atividades descritas.
- A medida é viável em caráter excepcional e temporário, desde que aprovada pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) competente, que poderá autorizar o exercício de atribuições privativas do Serviço Social por outros profissionais quando houver insuficiência de quadros.
- A realização de vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social constitui atribuição privativa do assistente social, sendo vedado seu exercício por profissionais de outras carreiras, ainda que possuam capacitação específica ou atuem sob supervisão técnica. – **OPÇÃO CORRETA**
- A realização de informações e pareceres sobre situações familiares constitui competência genérica que pode ser exercida por qualquer servidor com nível superior, não se tratando de atribuição privativa do assistente social, cujas atribuições se restringem à supervisão de estagiários e ao magistério em Serviço Social.

Questão 09

A coordenação administrativa de determinado Tribunal de Justiça emite memorando interno estabelecendo que todos os relatórios produzidos pelo setor psicossocial passem por revisão prévia da chefia administrativa antes de serem juntados aos autos, com a justificativa de padronização dos documentos institucionais. Além disso, o memorando define que os profissionais do setor não se manifestem publicamente sobre as condições de trabalho do setor sem autorização prévia da direção. Diante da situação, dois assistentes sociais do setor divergem sobre como reagir a essas determinações. Considerando os direitos e deveres do assistente social nas relações com as instituições empregadoras, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A determinação de revisão prévia dos relatórios técnicos pela chefia administrativa contraria o direito do assistente social à ampla autonomia no exercício da profissão e à inviolabilidade dos arquivos e documentação profissional, podendo configurar cerceamento da liberdade técnica vedado pelo Código de Ética.
- () A determinação que proíbe os assistentes sociais de se manifestarem sobre as condições de trabalho sem autorização prévia da direção é compatível com o Código de Ética, pois os deveres de lealdade institucional e de preservação da imagem do empregador sobrepõem-se ao direito de pronunciamento profissional em matérias de interesse público.
- () Diante de regulamentos institucionais que firam os princípios e diretrizes do Código de Ética, é dever do assistente social denunciar essas falhas, podendo mobilizar o Conselho Regional quando se fizer necessário.
- () O assistente social que, em razão das determinações descritas, deixar de denunciar condições de trabalho que prejudiquem os usuários ou os profissionais estará agindo em conformidade com seus deveres éticos, desde que registre internamente sua discordância por escrito.

A sequência está correta em

- V, F, V, F. – **OPÇÃO CORRETA**
- F, V, F, V.
- V, V, F, F.
- F, F, V, V.

Questão 10

Uma assistente social que atua no setor psicossocial de determinado Tribunal de Justiça é denunciada ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) por uma das partes de um processo, que alega que a profissional adulterou informações no estudo social produzido e assinou documento cujo conteúdo não corresponde ao que foi efetivamente apurado na visita domiciliar. Instaurado o processo ético-disciplinar, surgem dúvidas entre os membros da equipe sobre o rito, as penalidades aplicáveis e os prazos envolvidos. Considerando as normas que regulam as infrações disciplinares, penalidades e o processo ético no âmbito do Código de Ética e da Lei nº 8.662/1993, analise as afirmativas a seguir.

- I. A adulteração de resultados e a declaração falsa sobre situações de que o assistente social tome conhecimento no exercício profissional constituem conduta expressamente vedada pelo Código de Ética e estão entre as violações consideradas especialmente graves para fins de fixação de penalidade.
- II. As penalidades aplicáveis ao assistente social pelo Código de Ética seguem gradação que vai da multa à cassação do registro profissional; sendo que, salvo os casos de gravidade manifesta, a imposição das penas deve obedecer a essa gradação, considerando os antecedentes profissionais do infrator e as circunstâncias da infração.
- III. A punibilidade do assistente social por falta sujeita a processo ético e disciplinar é imprescritível, não havendo prazo legal para a instauração do processo disciplinar a partir da verificação do fato, em razão da gravidade das infrações éticas e da necessidade de proteção dos usuários.
- IV. A pena de suspensão do exercício profissional, quando aplicada, produz efeitos na área de jurisdição do Conselho Regional que a aplicou, não impedindo o exercício da profissão em outros estados enquanto perdurar a interdição.

Está correto o que se afirma apenas em

- IV.
- I e II. – **OPÇÃO CORRETA**
- II e III.
- I, III e IV.

Questão 11

Determinado assistente social recém-empossado em cargo do quadro de servidores de um Tribunal de Justiça recebe, na primeira semana de trabalho, a escala de serviço elaborada pela administração, que prevê jornada semanal de quarenta horas. Ao questionar a chefia sobre o ponto, é informado de que o Tribunal adota jornada de quarenta horas para todos os servidores de nível superior, independentemente da categoria profissional, e que a jornada de trinta horas seria aplicável somente em vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O profissional busca orientação sobre como proceder. Considerando a legislação que regulamenta o exercício profissional do assistente social, assinale a afirmativa correta.

- A informação repassada pela chefia está correta, pois a jornada de trinta horas semanais prevista para os assistentes sociais se aplica a vínculos celetistas, sendo os servidores públicos estatutários submetidos ao regime de jornada definido pelo estatuto funcional do ente empregador.
- A jornada de trinta horas semanais é um direito disponível, podendo ser negociada entre o assistente social e a instituição empregadora, sendo válida a jornada de quarenta horas estabelecida pelo Tribunal, desde que não haja redução salarial proporcional ao aumento da carga horária.
- A jornada de trinta horas semanais, sem redução salarial, é garantida a todos os assistentes sociais, independentemente do vínculo empregatício, estatutário ou celetista, sendo direito profissional assegurado por lei federal que prevalece sobre normas internas do Tribunal que estabeleçam jornada superior. – **OPÇÃO CORRETA**
- O assistente social deve cumprir a jornada de quarenta horas estabelecida pelo Tribunal e aguardar que o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) ajuíze ação judicial em seu nome para garantir o cumprimento da jornada de trinta horas, pois a defesa desse direito compete ao órgão de fiscalização profissional.

A INSTRUMENTALIDADE COMO ELEMENTO DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

O caso hipotético a seguir contextualiza as questões de **12 a 16**; leia-o atentamente.

Em 2023, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) realizou a seguinte publicação: “A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais”. Nesse contexto, são debatidas as dimensões do Serviço Social e a instrumentalidade como elemento de intervenção profissional – diferentes estratégias de intervenção profissional. A equipe de supervisores de Serviço Social do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) sugere a leitura da publicação aos novos estagiários de graduação e pós-graduação, para que sejam debatidos os casos, as estratégias, a condução e a emissão de opiniões técnicas. Dentre os casos debatidos em equipe, destacaram-se dois:

1. T.B., mulher, branca, 70 anos, pensionista e viúva de militar de alta patente, solicitou atendimento prioritário do TJMG para ser instruída quanto à situação de acolhimento em casa de longa permanência. Além de sua situação de saúde ter se agravado nos últimos tempos, ela teme por sua integridade patrimonial, pois sua única filha, além de residir com ela e não promover os cuidados necessários, possui compulsões (dependência química e compras). No acolhimento e atendimento, T.B. requisita informações sobre ser curatelada por terceiros e auxílio na escolha de um ambiente seguro para sua moradia e cuidados.
2. W.P.S. é pai de um adolescente em situação de conflito com a lei e solicitou orientações do setor de Serviço Social do TJMG, acompanhado do defensor público, responsável pelo caso do filho. Após primeiro contato, houve, também, a escuta qualificada do adolescente para melhor compreender as necessidades e demandas de encaminhamentos.

Questão 12

O caso hipotético apresenta debates acerca da instrumentalidade como construto e escolha de diferentes estratégias de intervenção profissional. À primeira vista, o tema instrumentalidade no exercício profissional do assistente social parece ser algo referente ao uso de instrumentos. De forma mais esclarecedora, destaca-se uma das autoras mais relevantes desse debate – Yolanda Guerra; que afirma que “a instrumentalidade pode ser entendida como uma categoria ontológica e reflexiva, ou seja, como um campo de mediações, no qual se processa o movimento entre os padrões de racionalidade que sustentam e guiam os meios necessários à efetivação das ações humanas”. Nesse contexto, é correto afirmar que reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como construto de dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e:

- Teórico-políticas.
- Técnico-funcionais.
- **Técnico-operativas. – OPÇÃO CORRETA**
- Teórico-intelectuais.

Questão 13

A atuação profissional do Serviço Social baseia-se em diferentes estratégias e frentes de ação, como socioeducativa e de orientação; articulação em rede; planejamento e gestão de políticas públicas; pesquisa e assessoria; mobilização e controle social; e atendimento direto e mediação. Nesse último, destaca-se a utilização de instrumentais técnico-operativos (diretos e indiretos) para decodificar e intervir nas demandas. Dentre as metodologias ou intervenções relacionadas a seguir, trata-se da intervenção direta que pode ser utilizada para orientação e encaminhamento no caso de T.B.:

- Teleperícia.
- Visita técnica.
- **Visita institucional. – OPÇÃO CORRETA**
- Acolhimento social.

Questão 14

Considerando que no Serviço Social acolhimento, atendimento e acompanhamento são etapas e intervenções complementares, mas com finalidades e durações distintas, analise as afirmativas a seguir.

- I. O atendimento social é uma intervenção pontual e objetiva que, normalmente, é direcionada para uma demanda específica — uma consulta ou entrevista, ou, ainda, preenchimento de cadastros.
- II. O acolhimento social é o primeiro contato, e envolve escuta qualificada, criação de vínculo e identificação imediata das necessidades, dando suporte inicial e humanizado para o usuário.
- III. O acompanhamento social é um processo contínuo e de longo prazo, a fim de realizar o monitoramento sistemático de indivíduos ou famílias em situação de vulnerabilidade, envolvendo outros instrumentos e intervenções planejadas.

Está correto o que se afirma em

• **I, II e III. – OPÇÃO CORRETA**

- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

Questão 15

Tendo em vista o caso hipotético, trata-se da intervenção que foi utilizada para W.P.S.:

- Perícia social.
- **Acolhimento social. – OPÇÃO CORRETA**
- Atendimento social.
- Acompanhamento social.

Questão 16

Trata-se da intervenção que pode ser utilizada para ambos os casos hipotéticos:

- Estudo social.
- Acolhimento social.
- Atendimento social.
- **Acompanhamento social. – OPÇÃO CORRETA**

ESTRATÉGIAS E TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO

O caso hipotético a seguir contextualiza as questões de 17 a 23; leia-o atentamente.

R.A.C. é assistente social no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e supervisiona dois estagiários de pós-graduação e um de graduação do Serviço Social. Como forma de incentivar o entusiasmo pelos estudos e debates dos casos, R.A.C. se reúne semanalmente para o debate teórico sobre as bases legais da profissão, bem como outras legislações que fazem parte do cotidiano do TJMG. Além de aguçar a busca por atualização e a construção coletiva, o objetivo também perpassa a discussão das dimensões da profissão, sobretudo, as escolhas das diferentes estratégias de intervenção profissional. Dentre os casos debatidos na última semana, destacam-se:

1. Grupo familiar de M.J.M., mulher, 30 anos, mãe solo de três crianças (sendo uma com síndrome de *Down*), em situação de medida restritiva contra o ex-companheiro (pai do filho caçula). Apoiada por uma associação de moradores, ela procurou o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que tomou as devidas providências para abrigar a família. O caso chegou ao TJMG após denúncia de que a mãe estava deixando os filhos menores para o consumo de substâncias psicoativas. O juiz que recebeu o caso solicitou à R.A.C. uma avaliação, com emissão documental, para que fosse subsidiada a decisão.

2. J.O.F., 72 anos, solteiro e sem filhos, está com a saúde debilitada e precisa de cuidados. Os vizinhos tentaram acionar os parentes do idoso no estado da Bahia, mas não encontraram nenhuma pessoa viva. Com isso, os vizinhos acionaram a defensoria pública para intervir no caso. Mesmo sendo uma pessoa idosa e aposentada, J.O.F. é ativo e vem apresentando confusão mental e perda da função executiva. Com o agravamento da situação, a defensoria solicita que o Serviço Social do TJMG estude o caso, emitindo um parecer para prosseguimento do processo judicial e garantia dos direitos do idoso.

Em ambos os casos foram produzidos documentos técnicos para composição dos processos, a fim de melhor subsidiar as decisões jurídicas.

Questão 17

Para melhor compreender a situação de J.O.F., foram realizadas visita domiciliar e entrevista com os vizinhos que acionaram a defensoria pública para intervir no caso. Nesse contexto, qual o tipo de entrevista mais apropriado para o caso?

- Entrevista técnica.
- Entrevista investigativa.
- **Entrevista não estruturada. – OPÇÃO CORRETA**
- Entrevista comportamental.

Questão 18

Os instrumentos socioassistenciais são meios concretos pelos quais o assistente social operacionaliza sua intervenção. Para o caso de J.O.F., o acolhimento, o atendimento e o acompanhamento social poderiam ser utilizados, entre outros. Nesse contexto, relacione adequadamente os instrumentos às suas respectivas definições.

1. Atendimento social.

2. Acolhimento social.

3. Acompanhamento social.

- () Processo contínuo e de longo prazo, a fim de realizar o monitoramento sistemático de indivíduos ou famílias em situação de vulnerabilidade, envolvendo outros instrumentos e intervenções planejadas.
- () Intervenção pontual e objetiva que, normalmente, é direcionada para uma demanda específica.
- () Primeiro contato no qual se envolve escuta qualificada, criação de vínculo e identificação imediata das necessidades, dando suporte inicial e humanizado para o usuário.

A sequência está correta em

- 1, 3, 2.
- 2, 3, 1.
- 2, 1, 3.
- **3, 1, 2. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 19

Considerando caso hipotético de J.O.F. e as temáticas de perícia social (objetivos e métodos), laudos e pareceres, analise as afirmativas a seguir.

- I. No campo judicial, essa ação pode ser utilizada como prova técnica em processos relacionados a acolhimento institucional, que é uma das demandas de J.O.F.
- II. A perícia social é uma avaliação técnica realizada para fundamentar decisões administrativas ou judiciais relacionadas ao acesso a direitos, benefícios ou medidas institucionais.
- III. A perícia social busca compreender como as condições de vida de J.O.F. impactam a sua proteção social. Isso inclui aspectos relacionados a fatores diversos, como renda; moradia; acesso a serviços públicos; vínculos familiares; território; e situações de vulnerabilidade.

Está correto o que se afirma em

- **I, II e III. – OPÇÃO CORRETA**
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

Questão 20

A fim de melhor compreender as situações de vulnerabilidade que envolvem o grupo familiar, os supervisionados de R.A.C. propõem um momento com os profissionais da rede que atenderam e acompanham o caso. Dentre as alternativas relacionadas a seguir, o instrumento que pode ser utilizado para a abordagem familiar é:

- Oficina.
- Visita domiciliar.
- Dinâmica de grupo.
- **Reunião no modo on-line. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 21

Sem ferir os preceitos éticos, os profissionais envolvidos nos casos hipotéticos encaminharam a documentação que originou a medida restritiva e o abrigo, bem como a solicitação de programas sociais, os quais o grupo familiar tem acesso, como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Para a situação inicial de concessão desses benefícios, trata-se do instrumento utilizado:

- Teleperícia.
- Visita institucional.
- **Atendimento social. – OPÇÃO CORRETA**
- Reunião no modo *on-line*.

Questão 22

Considerando o caso hipotético e, ainda, o debate sobre a situação do grupo familiar relatado, analise as afirmativas a seguir.

- Ao acionar a rede de profissionais do caso, o grupo de R.A.C., além de realizar o debate internamente, promoveu uma abordagem intersetorial e multiprofissional.
- Ao acionar a rede de profissionais do caso, o grupo de R.A.C. pode ter acesso a outras perspectivas sobre o caso, de forma a relatar aos responsáveis no TJMG de forma mais completa e ética.
- Ao acionar a rede de profissionais do caso, R.A.C. e seus supervisionados obtiveram informações mais precisas para escolher a melhor abordagem para lidar com a mãe, responsável pelo grupo familiar.

Está correto o que se afirma em

- **I, II e III. – OPÇÃO CORRETA**
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

Questão 23

Considerando o trecho “O juiz que recebeu o caso solicitou à R.A.C. uma avaliação, com emissão documental, para que fosse subsidiada a decisão.”, há uma expectativa de que o Serviço Social elabore uma documentação da abordagem familiar realizada. Nesse contexto, trata-se do instrumento de análise aprofundada da situação do usuário ou da família, que articula dados objetivos e interpretação técnica para subsidiar decisões institucionais ou judiciais:

- Laudo social.
- **Estudo social. – OPÇÃO CORRETA**
- Parecer social.
- Acolhimento social.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO TJMG

Questão 24

Uma assistente social recém-nomeada para atuar no setor psicossocial de uma Vara de Família de um Tribunal estadual recebe, logo em seus primeiros dias, uma solicitação da magistrada titular para elaborar um parecer social conclusivo indicando, expressamente, qual das partes deve obter a guarda de uma criança em disputa judicial. A profissional, diante da solicitação, reconhece que possui qualificação para realizar a tarefa, mas identifica um tensionamento entre a demanda institucional e os limites éticos e legais que orientam o exercício profissional do assistente social no contexto judiciário. Tendo em vista a legislação que regulamenta o exercício profissional do Serviço Social e orienta sua atuação no Poder Judiciário, assinale a afirmativa correta.

- A assistente social deve atender à solicitação da magistrada, uma vez que, no contexto do Poder Judiciário, o assistente social atua como auxiliar da justiça e está subordinado tecnicamente à autoridade judicial, cabendo ao juiz definir o escopo e o conteúdo dos laudos e pareceres produzidos pela equipe psicossocial.
- A atuação do assistente social no Poder Judiciário restringe-se à execução de programas socioassistenciais voltados às partes em litígio, não sendo de sua competência a realização de estudos, perícias ou pareceres sociais de natureza técnica, atividades reservadas aos profissionais de psicologia credenciados como peritos judiciais.

- Por se tratar de demanda oriunda de autoridade judicial, a assistente social deve elaborar o parecer nos termos solicitados, indicando a parte favorável à guarda, pois a produção de documentos técnicos no Poder Judiciário segue lógica distinta das demais políticas sociais, sendo o sigilo profissional e a autonomia técnica relativizados pelo princípio da colaboração com a justiça.
- A elaboração de estudo social com indicação de elementos que subsidiem a decisão judicial sobre a guarda é atribuição do assistente social no contexto judiciário; contudo, cabe ao profissional preservar a autonomia técnica de seu fazer, expressando sua leitura da realidade social da família por meio de parecer fundamentado, sem que isso implique a substituição do poder decisório que é exclusivo da autoridade judicial. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 25

Um juiz titular de determinada Vara de Família solicita à assistente social do setor psicossocial do Tribunal de Justiça que, além de realizar o estudo social de uma família em disputa de guarda, assuma o acompanhamento terapêutico da criança envolvida no processo. O magistrado justifica o pedido alegando que o Município não dispõe de serviço de saúde mental infantil na rede pública e que a profissional, por já conhecer a dinâmica familiar, reuniria condições favoráveis para assumir essa função. A assistente social, diante da solicitação, busca orientação sobre como deve proceder. Considerando a legislação que regulamenta o exercício profissional do assistente social e orienta sua atuação no Poder Judiciário, é correto afirmar que a assistente social:

- Pode realizar o acompanhamento terapêutico em caráter excepcional e temporário, desde que registre formalmente a situação e comunique o fato ao seu Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), procedimento que regulariza o exercício da atividade no contexto institucional.
- Deve aceitar a demanda, pois, no contexto do Poder Judiciário, a determinação da autoridade judicial prevalece sobre as delimitações previstas na legislação profissional, especialmente quando a precariedade da rede pública local impede o acesso do usuário ao serviço adequado.
- Deve recusar o acompanhamento terapêutico, explicando ao magistrado que tal atividade não integra suas atribuições profissionais, e adotar postura propositiva, indicando alternativas dentro de sua competência, como o fortalecimento dos vínculos familiares e a articulação com a rede intersetorial disponível. – **OPÇÃO CORRETA**
- Deve elaborar, diante da lacuna da rede pública, relatório circunstanciado ao juiz, demonstrando a inexistência do serviço no município e aguardando nova deliberação judicial, sendo vedado à profissional posicionar-se sobre a pertinência da demanda antes de esgotar as possibilidades de encaminhamento pela via judicial.

Questão 26

Durante o acompanhamento de um processo de destituição do poder familiar, a assistente social do setor psicossocial de determinado Tribunal de Justiça realiza visita domiciliar e coleta informações sobre a dinâmica familiar. Ao retornar ao Tribunal, o advogado de uma das partes a aborda e solicita acesso ao relatório parcial já produzido, argumentando que representa legalmente a família e que o documento é necessário para a defesa de seu cliente. A profissional, naquele momento, não tem certeza sobre como proceder. De acordo com a legislação que regula o exercício profissional do assistente social, é correto afirmar que:

- A assistente social pode fornecer o relatório parcial mediante assinatura de termo de confidencialidade pelo advogado, procedimento que garante o sigilo das informações e regulariza o acesso ao documento fora dos trâmites processuais.
- A assistente social deve fornecer o relatório ao advogado, pois ele representa legalmente a parte, e o acesso ao documento é garantido pelo princípio da ampla defesa, não cabendo ao profissional opor qualquer restrição a solicitações de representantes legais das partes processuais.
- Como o relatório ainda está em elaboração, a assistente social deve suspender o trabalho e comunicar formalmente ao juiz a abordagem do advogado antes de dar continuidade à produção do documento, pois qualquer contato externo durante a elaboração do estudo social compromete sua validade técnica.
- A assistente social deve negar o acesso ao relatório parcial e orientar o advogado a requerer o documento pela via judicial adequada, pois os documentos produzidos pelo setor psicossocial integram os autos do processo, e seu acesso deve observar os trâmites processuais, preservando a integridade técnica do trabalho em curso. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 27

No âmbito de um Tribunal estadual, a coordenação do setor psicossocial promove uma reunião para discutir a implementação de práticas restaurativas em conflitos familiares que chegam ao Judiciário. Durante o debate, diferentes concepções sobre o papel do assistente social nesse contexto são apresentadas pelos membros da equipe, gerando divergências sobre os limites e as possibilidades de atuação profissional nas práticas de justiça restaurativa no Poder Judiciário de Minas Gerais. Considerando as diretrizes que orientam a justiça restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e, ainda, o papel do assistente social nesse contexto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A justiça restaurativa, no âmbito do Poder Judiciário de Minas Gerais, está fundamentada em princípios como a voluntariedade da participação, a confidencialidade do processo e o protagonismo dos envolvidos na construção de acordos, sendo esses elementos centrais para distingui-la da lógica punitiva tradicional do sistema de justiça.
- () O assistente social que atua em práticas de justiça restaurativa no Poder Judiciário deve orientar sua intervenção pela lógica do acordo entre as partes, subordinando os princípios do projeto ético-político da profissão às diretrizes institucionais do programa restaurativo em que está inserido.
- () A atuação do assistente social nas práticas restaurativas no Judiciário deve preservar sua identidade profissional e seu mandato social, contribuindo com a leitura dos determinantes sociais presentes nos conflitos, sem reduzir sua intervenção à mediação de acordos ou à condução de sessões restaurativas como fim em si mesmo.
- () A implementação da justiça restaurativa no Poder Judiciário prescinde da articulação da rede de políticas sociais, uma vez que o processo restaurativo, por sua natureza dialógica e centrada nos sujeitos, é autossuficiente para responder às demandas sociais identificadas nos conflitos que chegam ao Tribunal.

A sequência está correta em

- V, F, V, F. – **OPÇÃO CORRETA**
- F, V, F, V.
- V, V, F, F.
- F, F, V, V.

Questão 28

Determinada assistente social atuante no setor psicossocial de uma Vara de Execuções Penais recebe, para acompanhamento, o caso de um custodiado que cumpre medida de segurança há mais de oito anos em hospital de custódia. A equipe de saúde do estabelecimento informa que o laudo psiquiátrico mais recente aponta a cessação da periculosidade, mas o processo de desinternação encontra-se paralisado por ausência de família que possa receber o egresso e por falta de vaga em serviço residencial terapêutico no município de origem. O juiz solicita à assistente social um posicionamento técnico sobre como proceder. Tendo em vista a legislação que orienta os direitos das pessoas com transtorno mental e a atuação do assistente social no contexto da execução penal, assinale a afirmativa correta.

- A assistente social deve recomendar ao juiz a conversão da medida de segurança em pena privativa de liberdade, alternativa que permitiria ao custodiado acessar os programas de progressão de regime e de reinserção social disponíveis no sistema penitenciário, garantindo, assim, seu direito à desinternação progressiva.
- Diante da complexidade do caso, a assistente social deve limitar seu posicionamento técnico à descrição da situação social do custodiado, abstendo-se de sinalizar qualquer perspectiva sobre a desinternação, pois essa decisão envolve critérios psiquiátricos e jurídicos que estão fora do escopo de atuação do Serviço Social.
- A assistente social deve recomendar a manutenção da internação até que seja localizada a família do custodiado ou garantida vaga em serviço residencial terapêutico, pois a ausência de suporte familiar e de vaga na rede de saúde mental e de assistência social configura situação de risco que justifica a continuidade da medida de segurança.
- A assistente social deve elaborar estudo social que fundamente a desinternação, identificando as possibilidades de suporte na rede de saúde mental e de assistência social, acionando os órgãos responsáveis pela garantia de vaga em serviço residencial terapêutico e sinalizando ao juiz que a ausência de suporte familiar não constitui, por si só, fundamento legal para a manutenção da medida de segurança após a cessação da periculosidade. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 29

A assistente social de determinada Vara Cível recebe, para estudo social, o caso de uma pessoa idosa, de 78 anos, que, após fratura de quadril, passou a residir com o filho mais novo. Os demais filhos ingressaram com ação judicial, alegando que o irmão está impedindo o contato da mãe com a família e administrando seus bens sem autorização. Durante a visita domiciliar, a idosa afirma estar bem, e que escolheu morar com esse filho e não deseja ver os demais. A assistente social, contudo, observa sinais de isolamento, dependência financeira total e ausência de contato com sua rede social anterior. Considerando os princípios que orientam a proteção da pessoa idosa e a atuação do assistente social nesse contexto, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A manifestação expressa da idosa de que está bem e de que não deseja contato com os demais filhos deve ser o único elemento considerado pelo assistente social na elaboração do estudo social, pois o respeito à autonomia e à vontade da pessoa idosa é valor absoluto que não admite ponderação com outros elementos identificados na situação.
- () O isolamento social, a dependência financeira total e a restrição ao contato familiar, quando identificados no contexto de vulnerabilidade de uma pessoa idosa, constituem indicadores que o assistente social deve considerar em sua análise, sem que isso implique desconsiderar a perspectiva da própria idosa sobre sua situação.
- () A situação descrita pode configurar violência patrimonial e psicológica contra a pessoa idosa, modalidades de violência reconhecidas pelo Estatuto da Pessoa Idosa, que impõem ao assistente social o dever de aprofundar a investigação dos fatos e acionar a rede de proteção quando identificados indicadores de violação de direitos.
- () Por se tratar de conflito entre membros de uma mesma família, a assistente social deve limitar sua atuação à descrição dos fatos narrados pelas partes, abstendo-se de emitir qualquer análise técnica sobre os indicadores identificados na visita domiciliar, pois interferir em conflitos familiares ultrapassa os limites éticos do exercício profissional no Poder Judiciário.

A sequência está correta em

- V, F, V, V.
- **F, V, V, F. – OPÇÃO CORRETA**
- V, V, F, F.
- F, F, F, V.

Questão 30

O setor psicossocial de um Tribunal de Justiça recebe determinação judicial para que a assistente social realize estudo social em prazo de setenta e duas horas, em razão da iminência de uma audiência de custódia. Ao analisar o caso, a profissional constata que o prazo é tecnicamente insuficiente para a realização de visita domiciliar, entrevistas com a família e levantamento adequado das condições sociais do custodiado, etapas que considera indispensáveis para a produção de um estudo social tecnicamente fundamentado. A assistente social se vê diante do dilema entre cumprir o prazo determinado pelo juiz e preservar a qualidade técnica do documento que produzirá. Nesse contexto, considerando a legislação que regula o exercício profissional do assistente social e orienta sua atuação no Poder Judiciário, assinale a afirmativa correta.

- Diante da impossibilidade de realizar o estudo social completo no prazo, a assistente social deve elaborar um documento simplificado sem mencionar ao juiz as limitações metodológicas impostas pelo prazo exíguo, evitando, assim, conflito institucional e preservando a relação de trabalho com a magistratura.
- A assistente social deve recusar a realização do estudo social e comunicar ao juiz que somente iniciará o trabalho após a concessão do prazo que considerar adequado, pois a autonomia técnica garantida pela Lei nº 8.662/1993 autoriza o profissional a condicionar sua atuação às circunstâncias que julgar tecnicamente satisfatórias.
- A assistente social deve cumprir o prazo determinado pelo juiz e elaborar o estudo social com os elementos disponíveis, pois, no contexto do Poder Judiciário, os prazos processuais têm caráter vinculante para todos os servidores, não cabendo ao assistente social questionar determinações da autoridade judicial, sob pena de responsabilização funcional.
- **A assistente social deve comunicar formalmente ao juiz, com fundamentação técnica, que o prazo determinado é insuficiente para a realização do estudo social com a qualidade necessária, indicando o prazo adequado para sua conclusão e as etapas metodológicas que justificam essa necessidade, preservando sua autonomia técnica e a integridade do documento a ser produzido. – OPÇÃO CORRETA**

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA****O tempo da Justiça e o tempo da saúde mental**

O mundo vai girando cada vez mais veloz. A gente espera do mundo, o mundo espera de nós. Um pouco mais de paciência.
(Lenine, “Paciência”)

O tempo da Justiça não é o tempo da saúde mental. Essa constatação é um convite à reflexão e, embora eventualmente incômoda, precisa ser considerada por quem pensa em ingressar com uma ação judicial.

É preciso reconhecer que judicializar um conflito nem sempre é uma escolha. Em muitos casos, especialmente nas situações mais dramáticas, não há espaço para construção consensual ou para qualquer tentativa de composição prévia. Há circunstâncias em que a urgência se impõe, o direito corre risco de perecimento ou o próprio bem jurídico a ser tutelado reclama proteção imediata. Nessas hipóteses, a judicialização deixa de ser alternativa e se revela imperativa. O Judiciário não é apenas um caminho possível, mas o único capaz de oferecer resposta institucional adequada à gravidade ou à urgência do caso, assegurando a efetividade da tutela jurídica.

Contudo, há inúmeras situações em que, ao pensar no tempo, é preciso saber e compreender que um processo judicial exige bem mais do que argumentos e provas. Ele demanda tempo psíquico, estabilidade emocional e resistência subjetiva.

Isso porque o tempo da Justiça é outro. Entre petições, prazos, recursos, audiências e diligências, a realidade de quem vive o processo é marcada por incerteza, frustração e desgaste. Há quem ajuíze uma ação esperando uma solução rápida para uma dificuldade presente, e, no entanto, encontra um longo percurso de formalidades, confrontos e demoras que podem, inclusive, ampliar essa dificuldade.

A maturação do conflito judicializado exige tempo, e isso faz parte da própria dinâmica processual.

Pouco, ou nada, se fala sobre os custos emocionais de uma ação judicial. Fala-se em custos financeiros, em estratégias, em teses e na interpretação do direito aplicável ao caso, entre outros aspectos. Mas e a ansiedade de cada andamento? A angústia de uma audiência? O medo de perder? O trauma de reviver os fatos dolorosos em juízo? Toda ação judicial, por mais legítima que seja, carrega um peso invisível.

Isso não significa dizer que não se devam ajuizar ações. Como dito, muitas vezes não há outra solução senão buscar o Poder Judiciário. Mas, para tantas outras situações, a reflexão que se propõe é anterior: para você, compensa, neste momento, ajuizar esta ação? Há outros meios possíveis, como, por exemplo, a mediação ou a conciliação? Você está emocionalmente disposto para o que pode vir?

Não há uma resposta pronta. Cada ser humano é um “mundo” em si, com dores, tempos e subjetividades próprias. É a partir dessa dimensão subjetiva que se deve refletir. Não existe uma receita única ou padronizada. Saber se estamos “minimamente preparados”, ou mesmo se queremos enfrentar o percurso de um processo, é, a depender do contexto, tão importante quanto ter razão.

Nessa perspectiva, é fundamental refletir sobre os impactos que ultrapassam o campo do Direito e a dinâmica processual. Litígios envolvem pessoas, sentimentos e fragilidades. (Re)conhecer essa vertente é, em alguma medida, humanizar a prática jurídica e admitir que o processo também pode gerar adoecimento, e que o sistema de Justiça precisa considerar e olhar para os sujeitos que dele dependem.

Em última análise, entre a razão do direito e a dor vivida, que saibamos ponderar. Que cada pessoa, à luz de sua história e do seu tempo interno, possa discernir se é o momento de seguir por essa via ou de buscar outros meios. Porque o tempo da Justiça não é o tempo da saúde mental. E porque, como nos lembra a canção de Lenine, “a vida é tão rara, tão rara”.

(Por: Gustavo Machado. Migalhas. Portal de Notícias e Artigos Jurídicos. Publicado em: 27/02/2026.)

Questão 31

No 2º§, o autor aborda as situações em que as pessoas decidem recorrer à Justiça. A partir dos argumentos apresentados nesse trecho, depreende-se corretamente que:

- Para o autor, a mediação prévia é obrigatória e indispensável, independentemente da urgência ou do drama vivido pelas partes.
- O papel principal do Poder Judiciário, segundo o trecho, é desacelerar os conflitos para que as partes alcancem a estabilidade emocional.
- A busca por uma resposta institucional deve ser evitada quando o cidadão percebe que a estrutura do sistema é incapaz de resolver o problema.

- Existem contextos específicos em que a gravidade e a iminência da perda de um direito anulam a possibilidade de uma negociação amigável, tornando o processo a única saída viável. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 32

Ao associar a análise do sistema de Justiça à letra da música de Lenine – *“O mundo vai girando cada vez mais veloz [...] Um pouco mais de paciência.”* (subtítulo), a intenção principal do autor do texto é:

- Sugerir que a solução para os problemas do Judiciário está na dependência de uma mudança na velocidade do giro do mundo.
- Evidenciar que o tempo burocrático e técnico dos processos ignora o ritmo psicológico e o bem-estar emocional dos envolvidos. – **OPÇÃO CORRETA**
- Demonstrar que a aceleração do mundo moderno tornou o sistema de Justiça mais rápido e mais eficiente do que em épocas passadas.
- Provar que a paciência é uma virtude jurídica obrigatória na atualidade, sem a qual o cidadão perde o direito de exigir seus bens por via judicial.

Questão 33

No trecho *“Há quem ajuíze uma ação esperando uma solução rápida para uma dificuldade presente, e, no entanto, encontra um longo percurso de formalidades, confrontos e demoras que podem, inclusive, ampliar essa dificuldade.”* (4º§), a relação que se estabelece entre a expectativa inicial de quem recorre à Justiça e o resultado obtido ao longo do processo é de:

- Complementaridade, pois as formalidades do caminho confirmam a agilidade esperada pelo cidadão.
- Causalidade, visto que a busca por rapidez é a causa direta do aumento das formalidades burocráticas.
- Reciprocidade, já que o percurso longo e os confrontos são planejados de comum acordo entre as partes.
- Frustração e contraste, pois a realidade do percurso se opõe à velocidade pretendida, podendo agravar o problema original. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 34

No trecho *“A maturação do conflito judicializado exige tempo, e isso faz parte da própria dinâmica processual.”* (5º§), a palavra *“maturação”* é empregada em sentido conotativo (figurado). Ao reescrever o trecho substituindo esse vocábulo por um sinônimo contextual, de sentido figurado, e mantendo a mesma ideia de processo gradativo e natural, a alternativa que apresenta a substituição correta e o respectivo significado do termo no texto é:

- Obsolescência: perda da utilidade prática da ação judicial.
- Envelhecimento: deterioração das provas com o passar dos anos.
- Solidificação: endurecimento das regras formais do rito processual.
- Decantação: sedimentação e clareamento natural das nuances do problema. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 35

No encerramento do texto, o autor utiliza uma estrutura típica de interlocução direta: *“[...] para você, compensa, neste momento, ajuizar esta ação? [...] Você está emocionalmente disposto para o que pode vir?”* (7º§). Sobre a estratégia de simular marcas da linguagem oral (diálogo) dentro de um texto escrito formal, assinale a alternativa que justifica corretamente o uso dessa variante.

- Revela um recurso de coesão obrigatório, pois, em textos analíticos, o autor deve interpelar o leitor na segunda pessoa para validar suas teses.
- É um recurso estilístico voluntário que rompe o distanciamento técnico da escrita, por meio de uma simulação de conversa com o leitor, aproximando-o do tema. – **OPÇÃO CORRETA**
- Trata-se de um deslize gramatical do autor, que não conseguiu manter o distanciamento e a impessoalidade exigidos pela modalidade escrita e pelo contexto textual.
- É uma inadequação da variante culta, uma vez que perguntas diretas ao leitor são restritas a textos informais e ambientes digitais que envolvem mensagens instantâneas.

Questão 36

A respeito das regras de uso da vírgula e dos efeitos de sentido que sua omissão ou deslocamento provocam, analise os trechos extraídos do texto-base e assinale a alternativa gramaticalmente correta.

- Em “*Pouco, ou nada, se fala sobre os custos emocionais [...]*” (6º§), as duas vírgulas que isolam a expressão “*ou nada*” são facultativas e, se retiradas, tornam a frase semanticamente incoerente.
- No trecho “*Nessas hipóteses, a judicialização deixa de ser alternativa [...]*” (2º§), a retirada da vírgula após a palavra “*hipóteses*” acarretaria erro gramatical imediato, por se tratar de um sujeito deslocado.
- No fragmento “[...] *o sistema de Justiça precisa considerar e olhar para os sujeitos que dele dependem.*” (9º§), é obrigatório o uso de uma vírgula antes da conjunção “*e*”, por conectar dois verbos com regências diferentes.
- No trecho “[...] *a reflexão que se propõe é anterior: [...]*” (7º§), a inserção de uma vírgula imediatamente antes e outra depois da oração “*que se propõe*” manteria a correção gramatical, mas alteraria o sentido, transformando uma restrição em uma explicação. – OPÇÃO CORRETA

Questão 37

Ao longo do texto o autor recorre a sinais gráficos acessórios como aspas e travessões. Sobre o emprego desses sinais, assinale a alternativa cuja justificativa sintático-estilística está correta.

- No 8º§, o uso de aspas na palavra “*mun*do” sinaliza que o termo foi empregado em seu sentido estrito, geográfico e denotativo.
- No 10º§, as aspas no trecho “*a vida é tão rara, tão rara*” justificam-se gramaticalmente por se tratar de uma transcrição literal de autoria alheia inserida no texto (intertextualidade). – OPÇÃO CORRETA
- No 3º§, o uso de parênteses é a forma gramaticalmente aceitável para isolar a expressão “*ao pensar no tempo*”, sendo que o emprego de vírgulas ou travessões nesse contexto descumpra a regra gramatical.
- No trecho “[...] *e, embora eventualmente incômoda, precisa ser considerada [...]*” (1º§), se o autor substituísse as duas vírgulas por dois travessões, o período se tornaria gramaticalmente incorreto, devido à presença da conjunção coordenativa.

Questão 38

No 2º§ do texto, observa-se a seguinte construção na voz ativa: “*O Judiciário não é apenas um caminho possível, mas o único capaz de oferecer resposta institucional adequada à gravidade ou à urgência do caso, assegurando a efetividade da tutela jurídica.*” Ao transpor a oração reduzida de gerúndio “*assegurando a efetividade da tutela jurídica*” para a voz passiva analítica, mantendo o tempo verbal original e fazendo as adequações sintáticas necessárias, o resultado gramaticalmente correto será:

- “[...] assegurando-se a efetividade da tutela jurídica”.
- “[...] seja assegurada a efetividade da tutela jurídica”.
- “[...] sendo assegurada a efetividade da tutela jurídica”. – OPÇÃO CORRETA
- “[...] tendo assegurado a efetividade da tutela jurídica”.

Questão 39

Analise a transcrição do trecho final do texto: “*Porque o tempo da Justiça não é o tempo da saúde mental. E porque, como nos lembra a canção de Lenine, ‘a vida é tão rara, tão rara’.*” Considerando uma possível reescritura do trecho, ao fundir as duas orações explicativas finais em um único período, utilizando conectivos coordenados e subordinados combinados, a articulação das conjunções mantém a correção sintática e a coerência lógica exigidas pelo fechamento do texto na seguinte alternativa:

- “Portanto o tempo da Justiça não é o tempo da saúde mental, contudo a vida é rara como lembra a canção de Lenine.”
- “O tempo da Justiça não é o tempo da saúde mental, conquanto a vida ainda assim seja tão rara, logo que nos lembra a canção de Lenine.”
- “À medida que o tempo da Justiça não é o mesmo tempo da saúde mental, a vida torna-se rara, para que a canção de Lenine nos lembre sempre disso.”

- “Visto que o tempo da Justiça não é o tempo da saúde mental e posto que a vida seja rara, conforme lembra a canção de Lenine, impõe-se a necessidade de ponderação.” – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 40

Considere o seguinte período extraído do 1º§ do texto-base: “Essa constatação é um convite à reflexão e, embora eventualmente incômoda, precisa ser considerada por quem pensa em ingressar com uma ação judicial.” Ao reescrever o trecho substituindo a conjunção “embora” por um termo equivalente que mantenha o exato valor concessivo e a correção gramatical do período original, a palavra em destaque deve ser substituída por:

- Contanto.
- **Conquanto. – OPÇÃO CORRETA**
- A menos que.
- Na medida em que seja.

Questão 41

Considere as duas ocorrências do vocábulo “se” no seguinte fragmento: “Pouco, ou nada, se fala sobre os custos emocionais de uma ação judicial. Fala-se se em custos financeiros, em estratégias, [...]” (6º§). Tendo em vista as regras de regência dos verbos envolvidos e a estrutura sintática de cada oração, a função desse elemento nos dois momentos classifica-se, correta e respectivamente, como:

- **Índice de indeterminação do sujeito e índice de indeterminação do sujeito. – OPÇÃO CORRETA**
- Pronome reflexivo com função de objeto direto e pronome reflexivo com função de objeto indireto.
- Partícula apassivadora (exige sujeito paciente no plural) e índice de indeterminação do sujeito (exige verbo na terceira pessoa do singular).
- Índice de indeterminação do sujeito (objeto indireto preposicionado implícito) e partícula apassivadora (composta por sujeito indeterminado).

Questão 42

Análise o valor semântico dos termos destacados nos fragmentos a seguir.

“[...] precisa ser considerada por quem pensa em ingressar [...]” (1º§).

“[...] não há espaço para construção consensual [...]” (2º§).

“[...] a reflexão que se propõe é anterior: para você, compensa, [...]” (7º§).

“[...] que saibamos ponderar. Que cada pessoa, à luz de sua história [...]” (10º§).

A associação está correta em

- 1. Modo 2. Finalidade 3. Concessão 4. Tempo.
- 1. Causa 2. Direção 3. Tempo 4. Conformidade.
- 1. Instrumento 2. Consequência 3. Posse 4. Proporção.
- **1. Agente da Passiva 2. Finalidade 3. Ponto de vista 4. Conformidade/fundamento. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 43

Considerando que o emprego da crase, em alguns contextos, pode alterar profundamente o sentido original da frase ou o papel sintático das palavras, analise as seguintes propostas de alteração do texto e assinale a afirmativa correta.

- Em “Essa constatação é um convite à reflexão [...]” (1º§), a substituição de “reflexão” por “acordo” exigiria a manutenção do acento grave, visto que a regência do termo “convite” permanece inalterada.
- No trecho “[...] único capaz de oferecer resposta institucional adequada à gravidade [...]” (2º§), a retirada do acento grave em “à gravidade” manteria a frase gramaticalmente correta, alterando a ênfase estilística.
- **No trecho “Que cada pessoa, à luz de sua história e do seu tempo interno, [...]” (10º§), se a locução prepositiva feminina “à luz de” fosse substituída pela locução sinônima “sob a ótica de”, o acento indicativo de crase seria eliminado da estrutura, mantendo a correção gramatical e o sentido original. – OPÇÃO CORRETA**
- Na reescrita do fragmento “Pouco, ou nada, se fala sobre os custos emocionais de uma ação judicial.” (6º§), ao substituir a preposição “sobre” pela locução equivalente “a respeito de”, deve-se empregar o acento grave, resultando em “Pouco, ou nada, se fala à respeito dos custos emocionais [...]”.

Questão 44

Considere o seguinte período extraído do 7º§ do texto-base: *“Como dito, muitas vezes não há outra solução senão buscar o Poder Judiciário.”* Quanto ao valor semântico e à função sintática exercida pelo vocábulo destacado, assinale a alternativa que analisa corretamente o seu emprego ou a proposta de reescrita do trecho.

- O termo “*senão*” funciona como uma conjunção integrante, cuja função é introduzir uma oração subordinada substantiva subjetiva.
- No contexto apresentado, o termo “*senão*” introduz uma ideia de alternância excludente, equivalendo morfológicamente à conjunção coordenativa “*ou*”.
- O vocábulo “*senão*” é empregado com o valor semântico de “*a não ser*”, “*exceto*” ou “*fora*”, atuando como uma preposição accidental para delimitar a única alternativa restante ao jurisdicionado. – **OPÇÃO CORRETA**
- Caso o autor quisesse reescrever o trecho mantendo o sentido original, a palavra destacada poderia ser substituída diretamente pela locução separada “*se não*”, resultando em: “[...] não há outra solução se não buscar o Poder Judiciário”.

Questão 45

Análise as duas ocorrências do verbo “*haver*” nos seguintes fragmentos do texto-base:

“*Há circunstâncias em que a urgência se impõe, [...]*” (2º§).

“*Como dito, muitas vezes não há outra solução senão buscar o Poder Judiciário.*” (7º§).

Considerando uma possível reescrita dos trechos, alterando os tempos verbais ou substituindo o verbo “*haver*” por sinônimos, assinale a alternativa em que a nova estrutura atende rigorosamente à norma-padrão da língua.

- Ao transpor o primeiro trecho para o pretérito perfeito do indicativo, a concordância correta exige o plural: “*Houveram circunstâncias em que a urgência se impôs [...]*”.
- Substituindo-se o verbo “*haver*” do segundo trecho pelo sinônimo “*existir*”, a concordância correta estabelece-se em: “*Como dito, muitas vezes não existem outras soluções senão buscar o Poder Judiciário.*” – **OPÇÃO CORRETA**
- Caso o verbo “*haver*” do primeiro trecho fosse substituído pelo verbo “*existir*”, mantendo o tempo presente, a harmonia sintática do período seria preservada em: “*Existe circunstâncias em que a urgência se impõe [...]*”.
- Se o segundo fragmento fosse reescrito em uma estrutura de tempo composto no passado, o verbo auxiliar deveria flexionar-se no plural, resultando em: “*Como dito, muitas vezes não devem haver outras soluções senão buscar [...]*”.

Questão 46

Análise o seguinte excerto: “*Isso não significa dizer que não se devam ajuizar ações.*” (7º§). Em relação à estrutura sintática da oração subordinada final e às regras de regência e concordância, assinale a alternativa que justifica correta e respectivamente a flexão no plural do verbo “*devam*” e a posição do pronome “*se*”.

- O verbo flexiona-se no plural para concordar com o sujeito indeterminado; o pronome “*se*” está em próclise devido à eufonia da conjunção integrante “*que*”.
- Trata-se de um caso de concordância facultativa, em que o verbo poderia ficar no singular (“*deva*”), caso a ênfase fosse a ação de ajuizar; o pronome “*se*” atua como sujeito acusativo da locução verbal.
- O verbo auxiliar “*devam*” flexiona-se no plural para concordar com o sujeito paciente “*ações*”, em uma estrutura de voz passiva sintética; o pronome “*se*” encontra-se em próclise atraído pelo advérbio de negação “*não*”. – **OPÇÃO CORRETA**
- A flexão no plural decorre da concordância atrativa com o termo “*Isso*”, que inicia o período composto e retoma os questionamentos no parágrafo anterior; o pronome “*se*” exerce a função de objeto indireto reflexivo.

Questão 47

No 10º§, o autor constrói o fechamento de sua argumentação utilizando o seguinte arranjo sintático: “*Que cada pessoa, à luz de sua história e do seu tempo interno, possa discernir se é o momento de seguir por essa via ou de buscar outros meios. Porque o tempo da Justiça não é o tempo da saúde mental. E porque, como nos lembra a canção de Lenine, ‘a vida é tão rara, tão rara’.*” Sobre os processos de coordenação e subordinação que estruturam esse encerramento, assinale a afirmativa correta.

- O segmento “*se é o momento*” classifica-se como uma oração subordinada adverbial condicional, cuja função é impor um requisito para o ato de discernir.
- As duas últimas frases iniciadas por “*Porque*” e “*E porque*” classificam-se, no padrão da norma culta tradicional, como orações coordenadas sindéticas conclusivas.

- O período composto que abre o parágrafo apresenta uma estrutura de subordinação em que “de seguir por essa via” funciona como oração subordinada substantiva predicativa.
- O trecho “como nos lembra a canção de Lenine” constitui uma oração subordinada adverbial conformativa, que funciona como autoridade externa para fundamentar a tese do autor. – OPÇÃO CORRETA

Questão 48

Considere o excerto “O mundo vai girando cada vez mais veloz. A gente espera do mundo, o mundo espera de nós. Um pouco mais de paciência.” (subtítulo). Ao unir os três períodos em um único período composto, substituindo a locução coloquial “a gente” pela norma culta e mantendo rigorosamente a coerência e as relações de causa e efeito originais, a reescrita gramaticalmente correta é:

- “O mundo vai girando cada vez mais veloz, porquanto nós esperamos dele e ele de nós; fazendo-se necessário, portanto, um pouco mais de paciência.”
- “À medida que o mundo vai girando cada vez mais veloz e esperamos dele o que ele espera de nós, impõe-se a necessidade de um pouco mais de paciência.” – OPÇÃO CORRETA
- “Conquanto o mundo vá girando cada vez mais veloz e nós esperemos dele o mesmo que ele espera de nós, torna-se imperativo um pouco mais de paciência.”
- “À medida em que o mundo vai girando cada vez mais veloz, onde esperamos do mundo o que ele espera de nós, fazem-se necessário um pouco mais de paciência.”

Questão 49

Considere, hipoteticamente, que o estagiário de determinado Tribunal de Justiça precisa enviar um Ofício a um Ministro de Estado solicitando a publicação de um trabalho voltado à saúde mental dos servidores. De acordo com as normas de padronização, pronomes de tratamento e concordância do Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa que apresenta o vocativo e a estrutura de concordância pronominal corretos.

- Vocativo: Senhor Ministro; Corpo do texto: “Solicito a Vossa Excelência que determine a publicação de suas portarias...”. – OPÇÃO CORRETA
- Vocativo: Senhor Ministro; Corpo do texto: “Solicito a Sua Excelência que determine a publicação de vossas portarias...”.
- Vocativo: Excelentíssimo Senhor Ministro; Corpo do texto: “Solicito a Vossa Excelência que determine a publicação de vossas portarias...”.
- Vocativo: Excelentíssimo Senhor Ministro; Corpo do texto: “Solicito a Sua Excelência que determine a publicação de suas portarias...”.

Questão 50

Considere que o estagiário de determinado Tribunal de Justiça precisa dar andamento a um processo administrativo, enviando instruções e uma determinação de análise para um setor técnico do mesmo órgão. Com base no Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa que apresenta a conduta e a padronização corretas para essa tramitação.

- Para dar prosseguimento ao processo de forma rápida, manifestando-se por meio de uma instrução direta à equipe técnica, o estagiário deve utilizar o “Despacho”. – OPÇÃO CORRETA
- Em nome do princípio da concisão, o estagiário pode omitir a fundamentação legal da demanda, desde que o objetivo do texto seja resumido em uma única linha.
- Para realizar essa comunicação interna, o estagiário deve emitir um “Memorando”, já que o uso do Padrão Ofício é destinado ao envio de documentos a instituições externas.
- Para cumprir o princípio da clareza, o estagiário deve utilizar jargões técnicos e vocabulário de circulação restrita, visto que o documento circulará apenas no ambiente administrativo.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.